

# Ler como censor:

censura em Portugal, na França  
e no Vaticano entre o final do  
século XVIII e início do XIX



Fotografia da Livraria Lello  
(Porto/Portugal), 2021,  
montagem.

## *Márcia Abreu*

Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Teoria Literária e do Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Autora, entre outros livros, de *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. [marcia.a.abreu@gmail.com](mailto:marcia.a.abreu@gmail.com)

## Ler como censor: censura em Portugal, na França e no Vaticano entre o final do século XVIII e início do XIX<sup>1</sup>

Read as a censor: censorship in Portugal, France and the Vatican between the end of the 18th century and the beginning of the 19th

*Márcia Abreu*

### RESUMO

O propósito deste texto é apresentar algumas das formas pelas quais letrados reagiram a obras de literatura, a partir do exame de pareceres elaborados por censores ligados à Sagrada Congregação do Índice, no Vaticano, e ao poder real, em Portugal e na França, entre o final do século XVIII e o início do XIX. A documentação evidencia que esses organismos eram muito mais do que máquinas de condenar e proibir livros. A análise dos pareceres revela que o fato de serem todos censores, letrados e católicos não produziu leituras uniformes, o que permite refletir sobre os diferentes modos de ler, sua relação com a formação dos leitores e com as condições de produção da leitura. O material conservado pelos organismos de censura apresenta também uma precoce valorização dos escritos literários e uma marcante preocupação com a qualidade formal dos textos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura; práticas de leitura; literatura.

### ABSTRACT

*The article aims to present literate reaction to literature by analysing censorship reports produced at the Sacred Congregation of the Index, at the Vatican, and to the royalty, in Portugal and France, at the end of the 18th century and the beginning of the 19th. The documentation shows that these institutions were much more than places to condemn and ban books. One can realize that those men didn't react to book the same way even though they were all censors, scholars and Catholics. The article takes into consideration the different ways of reading, its relationship with the qualification of readers and with the reading conditions. The material preserved by the censorship organizations also exhibits an early appreciation of literary writings and a strong concern with the formal quality of the texts.*

**KEYWORDS:** Censorship; reading practices; literature.



Censura e leitura é mais do que uma rima ruim. Ao longo da história dos livros, poucos foram os momentos em que foi possível publicar e distribuir obras sem a vigilância de uma ou outra autoridade. A experiência com o controle dos impressos realizada por regimes ditatoriais do século XX criou uma justa rejeição à ação censória e projetou para o passado um olhar sem nuance sobre as práticas desenvolvidas em outras épocas. Entretanto, a censu-

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido como parte de um projeto temático sob os auspícios da Fapesp, Circulação transatlântica dos impressos, e com apoio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

ra não teve os mesmos propósitos nem usou dos mesmos métodos em todos os tempos e lugares. Os censores, tampouco, leram e interpretaram as obras de maneira equivalente numa mesma época. O propósito desse artigo é analisar a ação de organismos de censura coetâneos para mostrar que não se trata de uma prática monolítica ou uniforme, havendo importantes diferenças em suas finalidades e resultados. Interessa também observar que os pareceres exarados são registros de leitura que revelam distinções na maneira como censores ligados a diferentes organizações reagem aos textos e compreendiam sua função. Mais ainda, pretende-se examinar os fatores que podem ter afetado a interpretação e a avaliação das obras nas variadas situações.

Para isso, este texto divide-se em três partes. Na primeira, apresentarei brevemente as instituições censórias em funcionamento em Portugal, na França e no Vaticano entre o final do século XVIII e início do XIX. Em seguida, examinarei pareceres ali emitidos acerca de obras literárias, apresentando alguns critérios empregados para a avaliação dos escritos e observando as diferentes relações mantidas pelos censores com os textos. E, finalmente, analisarei as diferentes formas de ler e interpretar, à luz da formação dos censores e das condições de produção de suas avaliações. Como conclusão, questiono a ideia de que as instituições censórias seriam apenas lugares de extermínio de obras e destaco o valor atribuído à literatura vernácula, seja entre censores ligados ao poder real, seja entre aqueles que estavam a serviço da Igreja.

### **Censurar em nome do Estado e da Igreja**

Em Portugal, diversos organismos encarregaram-se da censura aos livros nos séculos XVIII e XIX: Real Mesa Censória (1768-1787), Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros (1787-1794) e um sistema tríplice a cargo do Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço (1794-1821). Entre 1808 e 1820, o Desembargo do Paço esteve em atividade tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro. Em 1821, a censura prévia foi suspensa, sendo, entretanto, retomada em Portugal, em 1824, onde permaneceu a cargo do Desembargo do Paço e do Ordinário até 1832. No período em que estiveram ativas a Real Mesa Censória e, posteriormente, a Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, a censura funcionava em forma de tribunal ou, na terminologia da época, em Mesas. Na época da censura tríplice, manteve-se o princípio da deliberação colegiada, cabendo ao Desembargo do Paço a decisão final, prática que se manteve quando da retomada do controle dos impressos e permaneceu até 1832.<sup>2</sup>

Os censores eram homens escolhidos entre os letrados de destaque à época e recebiam a incumbência de examinar manuscritos que buscavam licença para impressão, livros importados que esperavam autorização para entrar em Portugal e obras impressas que aguardavam o confronto com o respectivo manuscrito, previamente aprovado, para que pudessem circular. Seu trabalho era ler os textos e, em determinado prazo, preparar um parecer a ser

<sup>2</sup> Milhares de pareceres elaborados a partir de 1768 estão conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos fundos Real Mesa Censória, Ministério do Reino, Desembargo do Paço e Santo Ofício. Examinei centenas deles, focando minha atenção em avaliações de obras literárias e, sobretudo, romances, produzidas entre 1769 e 1832.

discutido com seus colegas ou a ser lido por um Tribunal superior, a quem competia tomar uma decisão sobre o destino da obra. Não se tratava ainda de deliberação final, já que a última palavra cabia ao poder real, havendo casos em que os pareceres eram lidos pelo Rei (ou pela Rainha, conforme o momento) em pessoa.<sup>3</sup> Durante todo o período de funcionamento da censura, a opinião de um único examinador jamais foi suficiente para decidir o destino de uma obra, servindo apenas para subsidiar uma decisão tomada em instância superior.

Esse modo de funcionamento fazia com que cada censor tivesse de preparar um arrazoado a ser apresentado aos membros da Mesa, a fim de convencê-los sobre a correta decisão a tomar. Nos períodos de atuação da censura tríplice, os pareceres circulavam entre os órgãos de modo que podia haver pressão das opiniões de uns sobre os outros. Assim, era necessário preparar avaliações claras e convincentes, o que levava, muitas vezes, a longas reflexões sobre os livros que haviam lido, compondo um conjunto documental extremamente valioso como registro de reações de leitura, entre os quais até mesmo reações subjetivas eram apontadas. Embora a legislação instrísse os censores a examinar apenas a ortodoxia política, religiosa e moral das obras, eles manifestavam-se também sobre a exatidão, elegância e interesse do texto lido. Faziam isso porque acreditavam que sua missão consistia não apenas em impedir a circulação de livros que perturbassem a ordem social, mas também os que contivessem erros de qualquer natureza. Para eles, a qualidade da produção letrada lusitana parecia ser uma questão de Estado, por isso ultrapassavam as determinações e avaliavam a correção do conteúdo, bem como o tratamento formal dispensado à matéria, chegando a agir, em alguns casos, como revisores de texto ao indicar, com minúcia, pequenos e grandes deslizes. Além de pareceres elaborados para corrigir e emendar os trabalhos, produziam também avaliações puramente elogiosas, enumerando as qualidades do texto e fazendo verdadeira peça laudatória.

Esse comportamento era favorecido pelo fato de os censores serem selecionados segundo sua área de conhecimento ou atuação, a fim de que se pudesse contar com letrados capazes de avaliar a correção de obras tão diversas quanto as de Medicina e de Matemática, de Direito e de Belas Letras. Compreendendo suas avaliações como atestados de qualidade dos escritos, esses homens viviam preocupados com a repercussão de sua atividade, tanto entre os portugueses quando perante aquelas que julgavam ser “as nações mais polidas e cultas da Europa”.<sup>4</sup>

Curiosamente, preocupações semelhantes agitavam os homens de letras de uma dessas “nações mais polidas e cultas da Europa”: a França.<sup>5</sup> Estu-

<sup>3</sup> Para uma análise detalhada do funcionamento interno da censura, ver ABREU, Márcia. La libertad y el error: la acción de la censura luso-brasileña (1769-1834). *Cultura Escrita y Sociedad*: Revista Internacional de Historia Social de la Cultura Escrita, n. 7, Madrid, set. 2008; *idem*. A liberdade e o erro. *Fênix*: Revista de História e Estudos Culturais, v. 6, n. 3, Uberlândia, jul.-ago.-set. 2009, e *idem*. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Fênix*: Revista de História e Estudos Culturais, v. 4, n. 4, Uberlândia, out.-nov.-dez. 2007.

<sup>4</sup> Decreto de 5 abr. 1768, *apud* BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal*: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1983, p. 71.

<sup>5</sup> Analisei pareceres de censura produzidos em dois momentos: os julgamentos dos censores realizados sob a administração de Malesherbes (1750 a 1763) e os “Procès verbaux de censure [des livres] faits pendant les

do de Raymond Birn sobre a censura francesa permite perceber fortes semelhanças com o que ocorria em Portugal.<sup>6</sup> Segundo Daniel Roche, no prefácio ao livro de Birn, além de monitorar a produção intelectual, a censura francesa era um “lugar de negociação sobre a qualidade formal e a expressão justa”.<sup>7</sup> O corpo de censores era formado por “clérigos em cargos oficiais, alguns nobres letrados e uma maioria de profissionais das letras, médicos, advogados, “funcionários públicos”, acadêmicos e cientistas, todos vinculados a academias, a instituições oficiais, ao ensino e aos jornais”.<sup>8</sup> Seus pareceres objetivavam suprimir o erro, encorajar os bons procedimentos e a correta experimentação. No campo das Letras, julgavam as obras segundo padrões do bom gosto, do belo estilo, da exatidão do raciocínio, da adequação às normas poéticas e retóricas, sem esquecer, evidentemente, a adequação dos trabalhos às leis, à moral, e às orientações políticas. A conclusão de Roche sobre a ação da censura francesa serve perfeitamente à lusitana: suas decisões “revelam um desejo de arbitragem mais do que de repressão severa”.<sup>9</sup>

Os censores em atuação na França também trabalhavam de forma colegiada, elaborando pareceres por ordem superior, para subsidiar decisão final também tomada em instância superior. Assim como seus colegas lusitanos, iniciavam seus comentários mencionando o fato de terem sido designados para determinada leitura, informando, por exemplo, “Li, por ordem do Lorde Chanceler um manuscrito intitulado [...]”.<sup>10</sup> Suas avaliações não apenas sugeriam supressão ou aprovação, mas alongavam-se em considerações sobre o texto, algumas vezes apenas para tecer elogios à obra. Faziam arrazoados sobre estilo, sobre a figura do autor, sobre a veracidade dos registros e agiam como revisores de texto, solicitando correções de forma e de conteúdo. Em outros casos, davam uma curta aprovação, reclamando, entretanto, de sua penosa tarefa, como ocorre na avaliação do romance *Le souterrain du château de Belinde*, no qual o censor afirma não haver perigo em deixar que se escreva um romance por dia: “contanto que não se tenha que lê-los, só há dano para o censor”.<sup>11</sup>

As semelhanças no funcionamento do sistema censório francês e lusitano não param por aí. Efetivamente, a França pouco usufruiu de liberdade de expressão até o século XIX. Ainda que a Revolução Francesa defendesse a livre manifestação de ideias e a *Déclaration des droits de l’homme et du citoyen*, de

---

années 1811, 1812, 1813”. O primeiro deles é conservado na Biblioteca Nacional da França e o segundo nos Arquivos Nacionais da França.

<sup>6</sup> Cf. BIRN, Raymond. *La censure royale des livres dans la France des Lumières*. Paris: Odile Jacob, 2007.

<sup>7</sup> “le lieu d’une négociation sur la qualité formelle et l’expression juste.” ROCHE, Daniel. Préface: censure, opinion et autorité avant la crise de l’Ancien Régime. In: *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>8</sup> “il s’opère dans le monde des privilégiés et des talents, avec des clercs pourvus de postes officiels, avec quelques nobles intellectuels, avec une majorité de professionnels des lettres, médecins, avocats, « fonctionnaires », érudits et savants, tous liés aux académies, aux institutions officielles, à l’enseignement, aux journaux.” *Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>9</sup> “Leur décisions [...] révèlent une volonté d’arbitrage plus que de répression sévère.” *Idem*.

<sup>10</sup> “J’ay lû par ordre du Monseigneur le Chancelier un Manuscrit intitule [...]”. Parecer elaborado por M. Lagrange de Chécieux sobre a obra *Description historique: géographique des Isles Britanniques ou des Royaumes D’Angleterre, d’Ecosse et d’Holande* em 6 set. 1759. Manuscrit Français – 22138 – doc. 3 – microfilme MF 8312. O Lorde Chanceler (Monseigneur le Chancelier) era um alto oficial da administração, subordinado diretamente ao Rei.

<sup>11</sup> “Le souterrain du château de Belinde. Roman par M<sup>me</sup> Gacon Dufour. [...] il n’y a aucun danger à les laisser faire des Romans à la journée, d’autant qu’on n’est pas obligé de les lire, il n’y a de mal que pour le censeur.” Bulletin 1812 - 537. F<sup>18\*</sup> I 149 / 2.

1789, em seu artigo 11, garantisse que “a livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos humanos mais preciosos”, podendo “qualquer cidadão [...] falar, escrever, imprimir livremente”, o mesmo artigo anunciava a possibilidade de repressão, alertando: “devendo, todavia, responder pelo abuso desta liberdade nos casos determinados por lei”.<sup>12</sup> Como bem observou Daniel Roche, a *Declaração dos Direitos do Homem* prescrevia, a um só tempo, uma tolerância total e a possibilidade de uma intolerância judicial.<sup>13</sup> A partir de 1792, com as guerras contra as coligações contrarrevolucionárias, a imprensa passou a ser vista como uma ferramenta de formação de opinião que devia ser controlada pela censura, que foi, portanto, restabelecida.<sup>14</sup> Quando Napoleão tomou o poder, a censura prévia foi reinstalada em suas antigas bases, permanecendo ativa até 1815 para os livros<sup>15</sup> e até 1822 para os periódicos, com poucos momentos de interrupção.<sup>16</sup> A partir de então, leis e organismos de censura sucederam-se ao longo de todo o século XIX, regulamentando uma complexa rede de verificação dos impressos após sua publicação. Segundo Robert Justin Goldstein, embora todos os países europeus tenham imposto restrições à expressão política no século XIX, elas foram mais prolongadas e intensas na França do que em outros lugares, agindo de forma praticamente contínua até cerca de 1880.<sup>17</sup>

Ainda mais duradouro e ambicioso foi o sistema censório mantido pela Igreja Católica, cuja pretensão era controlar a circulação dos impressos nos quatro cantos do globo e que foi interrompido apenas em 1966.<sup>18</sup> A Santa Sé buscava orientar e padronizar o trabalho dos variados organismos de censura espalhados pelo mundo, estabelecendo listas de livros proibidos e lançando bulas com princípios norteadores da ação censória, as quais deveriam estabelecer parâmetros e servir de balizas para o julgamento das obras.<sup>19</sup>

No período que nos interessa aqui, a censura foi exercida pela Congregação do Índice, pelo Santo Ofício e pelo Maestro del Sacro Palazzo, teólogo de confiança do Papa, com assento nas duas instituições e com competência especial para autorizar a impressão e circulação de livros em Roma. Acima de todos, estava o Papa, que presidia pessoalmente as sessões do Santo Ofício em

<sup>12</sup> “La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l’Homme : tout Citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l’abus de cette liberté dans les cas déterminés par la Loi.” Artigo XI da *Déclaration des droits de l’homme et du citoyen*, de 1789.

<sup>13</sup> Cf. DARTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolution in print: the press in France, 1775-1800*. Berkeley: University of California Press, 1989.

<sup>14</sup> Cf. NETZ, Robert. *Histoire de la censure dans l’édition*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 75.

<sup>15</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 84.

<sup>16</sup> Cf. GOLDSTEIN, Robert Justin. 1815-1881. In: JONES, Derek (ed.). *Censorship: a world encyclopedia*. London-Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2001, p. 851.

<sup>17</sup> “although every 19<sup>th</sup> century European country witnessed serious struggles over restrictions on political expression, such battles were arguably more prolonged and intense in France than elsewhere, reflecting the clash between the theoretical legacy of French Revolution, with its signature call for constitutional protection for freedom of speech, and the virtually continuous reality, until about 1880, of highly repressive regimes”. Cf. *idem, ibidem*, p. 850.

<sup>18</sup> Examinei pareceres de censores, bem como decisões do Santo Ofício e da Congregação do Índice produzidos entre 1745 e 1832, conservados no Archivio della Congregazione per la dottrina della fede (ACDF), Archivio della Congregazione Del Sant’Ufficio (S.O.) e Censura librorum (C.L.) no Arquivo Apostólico do Vaticano.

<sup>19</sup> Em 1753, o Papa Benedito XIV publicou a bula *Sollicita ad provida*, detalhando os procedimentos a serem seguidos pela Congregação do Índice. Até 1897, as bases legais dos julgamentos do Índice estavam ali codificadas.

que se chegava à deliberação final sobre as proibições.<sup>20</sup> Quando ele não estava presente, o resultado das reuniões lhe era apresentado em audiência privada, pelo secretário ou pelo prefeito.<sup>21</sup>

Entretanto, até chegar ao Papa, um longo percurso era percorrido: a obra delatada era examinada pelo Secretário do Índice, que avaliava a pertinência da denúncia.<sup>22</sup> Em caso de acatamento, o livro era lido por no mínimo dois censores que apresentavam sua avaliação na “Congregação preparatória”. Os pareceres previamente elaborados eram distribuídos ao conjunto de censores e cardeais para leitura prévia à reunião – no século XIX, na maior parte das vezes em folhas impressas.<sup>23</sup> Nesse encontro, elaborava-se um parecer escrito destinado aos Cardeais que se reuniam na “Congregação geral” e chegavam a uma decisão coletiva sobre o livro. Ele poderia ser aprovado, proibido ou interdito até correção, situação em que se faziam listas das alterações exigidas e o título era retido como *donec corrigatur* (proibido até ser corrigido) ou *donec expurgetur* (proibido até ser expurgado). O resultado dessa reunião era sumariado e apresentado ao Papa, a quem cabia ratificar as sugestões, gerando listas de títulos proibidos, que eram divulgadas e, posteriormente, compendiadas nas novas edições do Index.<sup>24</sup>

Esse procedimento, muitas vezes, colocava os censores em dificuldades, pois os forçava a reproduzir trechos constrangedores, diante de interlocutores de alta hierarquia, como aconteceu por ocasião do exame do livro *Mémoires de Casanova*, em que o censor preferiu silenciar e comentou: “seria meu dever provar minha afirmação, contando algumas de suas histórias, mas tenho certeza de que, ao fazê-lo, ofenderia os ouvidos de Vossas Excelências”.<sup>25</sup> Proibições feitas por outras congregações (principalmente o Santo Ofício) eram repassadas à Congregação do Índice, que, posteriormente, as apresentava ao Papa para deliberação final.

Para dar conta da hercúlea tarefa de controlar toda a produção livresca mundial, a Igreja contava com consultores selecionados entre os letrados de diversos países europeus. Segundo Wolf, a maior parte deles era recrutada entre os italianos, embora tenha havido sempre a presença de homens de outras nacionalidades – durante os séculos XVI e XVII destacavam os espanhóis e portugueses; no século XVIII, os franceses; a partir de meados do XIX, censores de variadas procedências respondiam por um quarto do trabalho.<sup>26</sup>

Os pareceres elaborados em Roma tornaram-se públicos em 1998, quando os chamados “arquivos secretos do Vaticano” foram abertos aos pesquisadores, tornando conhecidas as discussões realizadas para chegar à deci-

<sup>20</sup> Cf. BOUTRY, Philippe. Papauté et culture au XIXe siècle. Magistère, orthodoxie et tradition. *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n. 28, Paris, 2004, p. 14. Ver WOLF, Hubert. *Römische inquisition und indexkongregation: grundlagenforschung 1814-1917*. Paderborn: Schoeningh Ferdinand GmbH, 2005, p. 147.

<sup>21</sup> Cf. WOLF, Hubert, *op. cit.*, p. 151.

<sup>22</sup> Cf. DISEGNI, Silvia. Zola à l'épreuve de la censure d'État et de l'Index. *Mélanges de l'Ecole Française de Rome*, t. 121, n. 2, Paris, 2009, p. 443.

<sup>23</sup> Cf. WOLF, Hubert, *op. cit.*, p. 148.

<sup>24</sup> Cf. AMADIEU, Jean-Baptiste. La littérature française du XIXe siècle à l'Index. *Revue d'histoire littéraire de la France*, v. 104, n. 2, Paris, 2004, p. 398.

<sup>25</sup> “Sarebbe mio dovere per provare la mia asserzione, il riferire qualcuno de' suoi racconti; ma troppo persuaso che offenderei, nel farlo, le orecchie delle EE.VV. credo meglio astenermene.” CASANOVA, Giacomo Girolamo. *Mémoires de Casanova de Seinglat, écrits par lui même*. Paris: s.ed., 1833. ACDF Index Protocolii 111 (1830-1835), f. 429r-431v. Congregatio generalis 28 Julii 1834. Bando CIndex 28 jul. 1834.

<sup>26</sup> Cf. WOLF, Hubert. Congregation of the Index. In: JONES, Derek (ed.), *op. cit.*, p. 1152.



são de interditar ou não a leitura de determinados livros. Entre 1753 e 1897, sua ação foi regulamentada pela “*Sollicita ac provida*”, segundo a qual os censores deviam se ater a temas ligados à ortodoxia católica. Mas, assim como acontecia na França e em Portugal, eles não seguiam essa recomendação muito à risca. Examinando publicações sobre ciências naturais ou direito, assim como sobre ficção e poesia, suas discussões ultrapassavam as questões teológicas e filosóficas.<sup>27</sup> Eram homens que se preocupavam não apenas com a conformidade dos textos que liam à norma religiosa, mas importavam-se também com sua qualidade.

### Ler e avaliar obras literárias

Os censores partilhavam ideias comuns entre os letrados. Todos acreditavam no poder da leitura de afetar comportamentos e convicções, especialmente quando se tratava de obras literárias, em que o estilo agradável concorria para ampliar a penetração dos textos no espírito dos leitores. Eles concordariam com as palavras de Nicolas Jamin que, no *Trattato della lettura cristiana*, advertia sobre os perigos que continham os “livros que corrompem os costumes, que são as poesias sensíveis, os romances licenciosos e as peças teatrais, que não inspiram se não o amor impuro.. ou que ofendam a religião”.<sup>28</sup> Todos tinham receio do efeito persuasivo que a forma literária poderia ter, temendo, em particular, os romances (licenciosos ou não), por acreditar em sua capacidade de afetar os costumes, a fé e as convicções políticas dos leitores.

Apesar de tantas afinidades, os censores ligados à Santa Sé não liam de modo idêntico ao dos portugueses e franceses – ou, ao menos, não se manifestavam sobre suas leituras da mesma maneira. Eles centravam sua vigilância em palavras, expressões e frases que pudessem conter desvios teológicos, dando relativamente pouca atenção ao contexto em foram inseridas ou aos textos em seu conjunto. Por exemplo, ao ler o livro de poemas *Scelte rime piacevoli di un lombardo*, de Pietro Luigi Grossi, o censor da Sagrada Congregação D. Michele Guidoti informou que havia identificado muitas “proposições censuráveis”, dentre as quais um verso em que o eu lírico diz que a Santíssima Trindade “quer tudo do seu jeito”. A expressão deu origem a uma discussão doutrinária: “Esta última proposição “*quer tudo do seu jeito*”, além de ser *blasfema* pelo desprezo que contém em si contra o mistério, é *ímpia*, porque é contrária ao culto que se lhe deve, é ainda *sapiens heresim* [heresia douta], porque, embora se possa entender *do seu jeito* como *segundo sua infinita sabedoria*, neste livro prevalece o sentido herético, isto é, *que quer tudo segundo o seu capricho*, por assim dizer, mais *ofensiva* aos pios ouvidos”.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> *Idem*.

<sup>28</sup> “libri, che corrompono i costumi, quali sono le tenere Poesie, i licenziosi Romanzi, e le opere Teatrali, che non ispirano se non amore impuro... o quei che offendono la Religione”. JAMIN, Nicolas. *Trattato della lettura cristiana, in cui si espongono le regole acconce a guidare i fedeli nella scelta dei libri, ed a renderli loro utili*. Venezia: Giovanni Antonio Pezzana, 1784, p. 25.

<sup>29</sup> “Quest’ultima proposize *vuol tutto a suo modo*, oltre essere *blasfema* per il disprezzo, che in se contiene contro il mistero, ed *empia*, perchè contraria al culto, che gli si deve, è ancora *sapiens heresim*, perchè, sebbene = *a suo modo*, intendere si potesse = *secondo l’infinita sua sapienza* = in questo Libro però prevale il senso eretico, cioè = *che voglia tutto a suo capriccio* può dirsi, ancora *offensiva* delle pie orecchie.” *Scelte rime piacevoli di un*

O censor recorreu a procedimento comumente empregado em discussões sobre textos religiosos, que consistia em diferenciar tipos e graus de pecado, especificando o que é erro, o que é heresia, o que é blasfêmia etc.<sup>30</sup> Neste caso, a expressão “querer tudo do seu jeito” foi considerada blasfema, ímpia, herética e ofensiva. O mesmo procedimento de classificação prossegue no restante do parecer, com a apresentação de versos e indicação de seu desvio em relação à ortodoxia. Como resultado, a obra foi incluída no Índice.

Jean-Baptiste Amadieu, em seu estudo sobre a literatura francesa no Índice de Livros Proibidos, também percebeu a importância da citação no modo de avaliação dos textos pela Sagrada Congregação: recorria-se à apresentação de excertos na apreciação de textos literários da mesma maneira que se faria no escrutínio de produções de um teólogo heterodoxo, apresentando-os isoladamente ou acompanhando um resumo da obra.<sup>31</sup> Em muitos casos, o parecer consistia em listar as proposições condenáveis, classificá-las e, eventualmente, associá-las a pequeno comentário.

Esse procedimento fazia com que se ignorassem, muitas vezes, usos figurados de linguagem, que abundam em obras literárias. O censor Domenico M. Lo Jacono, ao examinar o poema *Jocelyn*, de Lamartine, sintetizou o enredo amoroso, considerando-o “irreligioso, imoral e perverso”<sup>32</sup> e afirmando que, “pela boca de seus dois heróis”<sup>33</sup>, expunham-se ideias que “mostram que a obra está envolta no Indiferentismo, no Sansimonianismo, no Deísmo”.<sup>34</sup> Seu parecer contém uma lista de frases e passagens tais como: o verso “Dieu de ses dons fut pour nous avare” é uma injúria e uma falsidade, pois “o título de *avaro* empregado a Deus representa uma expressão injuriosa além de falsa: tudo o que temos é fruto de sua caridade; tudo o que temos está além de nosso mérito”.<sup>35</sup> Evidentemente, o verso poderia ser entendido como “os dons de Deus são muito mais abundantes do que os nossos ou de todos os seus inúmeros dons Deus nos deu apenas alguns”, ou seja, um elogio e não uma crítica ao Criador. Mas a associação entre um adjetivo negativo e uma atitude divina, inserida em uma narrativa de amor em que toma parte um jovem clérigo, não conduziu a uma interpretação literária, e sim teológica, fazendo com que o censor concentrasse sua atenção sobre “as blasfêmias, as queixas sujas, as máximas perversas”. Mesmo assim, a força de um texto bem tecido não lhe passou despercebida, o que foi ainda pior, pois

---

lombardo. Anonimo [Grossi, Pier Luigi] *Scelte rime piacevoli di un lombardo*. 4. Aufl Brescia: N. Bettoni, 1812. Congregatio generalis 22 dez. 1817. Decreto impresso (f. 359), com a proibição, datada de 22 dez. 1817. ACDF Index Protocolli 103 (1808-1819). Parecer p. 409r-410v. Os termos em itálico estão sublinhados no original manuscrito.

<sup>30</sup> Cf. NEVEU, Bruno. *L'erreur et son juge: remarques sur les censures doctrinales à l'époque moderne*. Nápoles: Bibliopolis, 1993.

<sup>31</sup> Cf. AMADIEU, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p. 400.

<sup>32</sup> “l'argomento del poema, e quello altresì, convien pur dirlo, di un tessuto di irreligioso, di immorale, di perverso.” *Jocelyn Episode*. Journal trouvé chez un Curé de Village. Par Alphonse de Lamartine. Congregatio generalis 22 set. 1836. ACDF Index Prot. 112 (1836-1838), Bl 261r - 270 r. Bando: 22 set. 1836 (f. 178).

<sup>33</sup> “per bocca delli due suoi Eroï”. *Idem*.

<sup>34</sup> “che il dimostrano involuppato nell'Indifferentismo, nel Sansimonianismo, nel Deismo”. *Idem*.

<sup>35</sup> “Il titolo di *avaro* a Dio presenta una espressione ingiuriosa ad esso, e falsa: tutto è sua beneficenza, quanto abbiamo; e tutto è al di là del nostro merito.” *Jocelyn Episode*. Journal trouvé chez un Curé de Village. Par Alphonse de Lamartine. Congregatio generalis 22 set. 1836. ACDF Index Prot. 112 (1836-1838), Bl 261r - 270 r. Bando: 22 set. 1836 (f. 178).

ele considerou que “quanto mais vivas são as cores” com que se pinta “o seu estado infeliz para formar um objeto de compaixão, mais perigosa é a impressão que produzem”.<sup>36</sup>

O mesmo censor avaliou a obra *Souvenirs, impressions, pensées, et paysages, pendant un voyage en Orient*, de Lamartine, e, da mesma forma, encontrou motivação para uma discussão teológica. Destacando, por exemplo, uma afirmação em que o autor diz ter encontrado em todas as religiões uma “moral divina”, Domenico M. Lo Jacono argumentou: “Que possa haver *uma moral*, pode-se sustentar: mas ela não será certamente *divina*, pois *uma moral divina* deve ser perfeita em todas as suas partes: mas essa característica não se pode encontrar exceto na Religião Católica, que é a única verdadeira”.<sup>37</sup>

O estudo de Bruno Neveu<sup>38</sup>, que analisou pareceres de censura acerca de textos religiosos elaborados na Santa Sé no XVIII, mostra que eles contêm uma refinada reflexão para distinguir o que é erro, heresia, blasfêmia etc. O estudo das avaliações de romances e poesias mostra que essas designações e as discussões doutrinárias que as acompanham também estavam ali presentes, o que produziu leituras muito peculiares. É fácil imaginar o tamanho das listas de problemas identificados em romances e, em especial, em romances licenciosos franceses, que foram objeto de detalhado exame no final do Setecentos e início do Oitocentos. Por exemplo, o parecer relativo aos *Romans et contes par Voltaire*<sup>39</sup> contém 19 páginas escritas com letra miúda, elencando pontos de desacordo entre o texto e a ortodoxia católica, sem nenhum comentário sequer sobre os enredos, o estilo ou a composição do texto. Toda a atenção do censor voltou-se para referências bíblicas tidas como impróprias, para ideias heterodoxas sobre o poder e a ação de Deus, para críticas a ordens religiosas, para ironias em relação a dogmas da Igreja etc.

Nem sempre, entretanto, os censores da Sagrada Congregação do Índice atinham-se ao inventário de ideias e proposições inadequadas. O censor Luigi Maria Rezzi, encarregado de avaliar o romance *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo, fez, como todos os demais, uma listagem de problemas, indicando as páginas em que ocorrem. Mas foi adiante e resumiu o enredo, explicou o que é um romance histórico, comentou o uso de uma linguagem popular e o fato de a história pretender-se verídica.<sup>40</sup> A boa tessitura do texto e a elegância de seu estilo foram também observadas, mas, como de costume, consideradas um elemento a mais de preocupação: “essas coisas parecem ainda mais dignas de censura quando expostas com refinada e ingênua vivacida-

<sup>36</sup> “Fanno poi ribrezzo le bestemmie, le sozze querele, le perverse massime, che vomitansi dalla donna, quali tanto più pericolosa impressione producono, quanto più vivi sono i colori delli [sic] stato infelice della medesima per formare oggetto di compassione.” *Idem*.

<sup>37</sup> “Che desse possano avere *una morale*, potrà sussistere: ma non sarà questa certamente *divina*, mentre *una morale divina* deve essere perfetta in ogni sua parte: ma questo carattere non può verificarsi, che della sola Religione Cattolica, siccome unica vera.” *Idem*.

<sup>38</sup> Ver NEVEU, Bruno, *op. cit.*

<sup>39</sup> *Romans et contes par Voltaire*. ACDF, Index, Protocolli, 1800-1808, fasc. 129. Congregatio generalis 2 Julii 1804. Decreto: CIndex 2 jul. 1804. Bando: CIndex 24 Jul 1804. Censor: Tommaso Maria Soldati OP. Examinado na reunião preparatória de 11 de junho de 1804.

<sup>40</sup> Ver ACDF Index Protocolli 111 (1830-1835), Bl. 433r-434r. Congregatio generalis 28 Julii 1834. Bando CIndex, 28 jul. 1834.

de, e com graça de estilo, o que costuma levar a mente dos leitores a um maior perigo de perder o respeito pela religião e o pudor”.<sup>41</sup>

Tudo isso, no entanto, parecia pouco, diante do grande perigo contido no enredo, “no qual um clérigo tão ímpio e cruel entra em cena como protagonista, sabendo que os fracos observam os vícios dos eclesiásticos para desprezar e difamar a fé que ensinam”.<sup>42</sup> Segundo o censor, “se a história fosse verdadeira, a prudência e a caridade evangélicas teriam ordenado ao escritor que se abstinhasse de colocar um livro assim nas mãos dos fiéis. Ora, o que dizer, já que o fato não é verdadeiro, mas ficcional e inventado de propósito?”<sup>43</sup> Por que inventar e divulgar uma narrativa em que um eclesiástico enamorado encobre suas ações “com o manto da hipocrisia e do zelo para que nenhum sinal de sua paixão seja revelado em público” e “beneficia-se em fazer tudo isso sob a santidade e os direitos de seu sagrado ministério”? O censor viu duas conclusões inescapáveis da leitura de tal obra pelos “fracos”: “A primeira delas é que os sagrados ministérios, direitos e usos do sacerdócio servem aos eclesiásticos de véu para ocultar as paixões mais ímpias e atroz. A segunda (e o escritor o insinua ainda mais claramente) é que o homem é arrastado para o mal quase por uma fatalidade, já que a força da paixão é tal que nem a razão nem qualquer outra coisa é capaz de extingui-la ou diminuir sua força”.<sup>44</sup>

Como se vê, os censores ligados à Santa Sé examinavam os livros em busca de pensamentos errôneos, mas também podiam tecer considerações sobre o enredo, personagens e efeitos de leitura. Seus colegas de ofício, que trabalhavam para a censura francesa ou portuguesa, não se atinham à identificação e classificação de desvios doutrinários, mas tinham comportamento semelhante em alguns aspectos. Basta observar, por exemplo, o que aconteceu com a avaliação do romance *Leandro, ou o pequeno casal no meio do bosque*, cujo manuscrito foi submetido ao exame da censura lusitana em 1813. João Guilherme Müller, censor encarregado de sua avaliação, ponderou que não havia passagens que “offendessem as Leis do Reino e os bons costumes da Nação”, mas aventou a possibilidade de que “talvez [...] alguns Leitores se offendessem da quantidade de exclamações Italianas plebeias que alli ocorrem na boca de hum Italiano rustico, que se encontra a cada passo nesta Novella”. Assim como faziam os censores da Sagrada Congregação do Índice, indicou as expressões tidas como problemáticas e os lugares em que apareciam: “como ex. g. logo no principio paginas 3: Santa Maria: Divina Croce di Giusu! – Carissimi figliuli! – a paginas 140: divino Giusu! – ! O Santo Padre Carlo! – & & & Em diferentes outros lugares do Opusculo.” Mas sua conclusão foi muito

<sup>41</sup> “Le quali cose tanto più sembrano degne di censura quanto sono esposte con quella fina ed ingenua vivacità e grazia di stile che suole indurre l’animo de’ leggitori [sic] in più grande pericolo di perdere il rispetto alla religione e al pudore.” *Idem*.

<sup>42</sup> “un libro, nel quale si pone in sulla scena, qual protagonista, un ecclesiastico sì empio e crudele, sapendosi che i deboli prendon [sic] sempre cagione dai vizj [sic] degli ecclesiastici di disamare e vilipendere la fede ch’essi insegnano.” *Idem*.

<sup>43</sup> “Se la Storia fosse vera, la prudenza e carità evangelica avrebbero comandato allo scrittore d’astenersi dal mettere nelle mani de fedeli. [...] Or che dovrà dirsi, essendo il fatto non vero, ma romanzesco e inventato a bella posta?” *Idem*.

<sup>44</sup> “i deboli vengono agevolmente a ricavarne per general [sic] risultato queste due pericolosissime massime. La prima delle quali è che i sacri ministeri, diritti ed usi del sacerdozio servono agli ecclesiastici di velo per occultare le più empie ed atroci passioni. La seconda (e lo scrittore l’insinua ancor più chiaramente) si è, che l’uomo è trascinato al malfare quasi da una fatalità, e che il poter della passione è tale che nè [sic] la ragione nè altra cosa vale ad estinguerla o a diminuirne la forza.” *Idem*.

distinta daquela a que se chegaria no Vaticano: “mas eu me persuado que nas circunstancias e connexões em que se achaõ na Obra não poderao perturbar a Religião, a lealdade, e aboa conducta de pessoa alguma sensata”.<sup>45</sup>

Mesmo assim, o Tribunal censório optou por reter a obra e enviar um extrato da censura ao “Editor Luiz Jozé de Carvalho”, mencionando as “exclamações Italianas plebeas” que poderiam ofender aos leitores, indicando-as página a página. O editor substituiu as expressões por outras mais castiças, mas reclamou do excesso de zelo da censura, alegando que as declarações estavam na boca de um italiano rústico. Ao lhe ser apresentada a contestação, o censor elaborou um novo parecer afirmando concordar “intimamente” com a resposta dada pelo Editor, por ser “acizada e judiciosa” e aprovou a obra para publicação. Ou seja, o censor percebeu a necessidade de contextualizar as expressões que, nesse caso, eram usadas para caracterizar uma personagem, um italiano rústico, contribuindo, portanto, para a configuração de seu caráter.<sup>46</sup>

Ao arrepio da lei, os censores franceses e portugueses propunham melhorias em traduções, faziam correções de ortografia, corrigiam problemas de metrificação, de elaboração de rimas ou em figuras de linguagem, colocando entre suas atribuições avaliar a correção e a qualidade das obras do ponto de vista artístico.<sup>47</sup> Em alguns casos, achavam que valia a pena solicitar modificações ou realizá-las eles mesmos, tendo, assim, participação direta sobre os textos que viriam a ser publicados. Por vezes, no entanto, estes deslizes conduziam à proibição da obra. Por exemplo, o romance *La belle espagnole ou les amoureuses aventures du Marquis de La Viberdière et de la charmante Olide* teve sua impressão proibida na França pois, segundo o censor Simon, “este romance está mal escrito e tem um estilo ruim. A maioria dos termos empregados são impróprios e não franceses: esta história não tem nenhuma verossimilhança e as aventuras pueris que contém não interessam suficientemente ao leitor a ponto de entretê-lo; não tendo encontrado nele nenhuma utilidade ou instrução para o público, achei que deveria me recusar a aprová-lo”.<sup>48</sup> Ainda que a obra não apresentasse nenhum problema do ponto de vista moral, político ou religioso, sua publicação foi impedida devido à baixa qualidade artística do texto, ao desinteresse do enredo e ao pouco proveito que dele tiraria o leitor.

Um outro censor francês, Remond de Ste. Albine, explicou claramente em que se baseou sua recusa à publicação da comédia *Le déguisement amou-*

<sup>45</sup> Parecer elaborado por João Guilherme Christiano Müller sobre “Leandro ou o pequeno cazal no meio dos bosques”, em Lisboa 29 nov. 1813. ANTT – RMC – Caixa 83, 1816 – fev. – 5.

<sup>46</sup> Cf. ANTT – RMC – Caixa 83, 5 fev. 1816.

<sup>47</sup> Esse tema foi desenvolvido no artigo de ABREU, Márcia. Escrever sob censura: considerações históricas e literárias. In: ANDRADE, Francisco Eduardo de, GONÇALVES, Andréa Lisly e JESUS, Ronaldo Pereira de (orgs.). *Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>48</sup> “Ce Roman est mal Ecris, d’un mauvais style. La plûpart des termes etant Impropres et pas françois: Cette historiette n’est susceptible d’aucune vraysemblance, et les aventures pueriles qu’elle contiens, n’interessent pas assez le lecteur pour l’amuser; n’y ayant trouvé aucune utilité ny Instruction pour le Public, J’ay crû devoir refuser de l’approuver.” Jugements des censeurs sous l’administration de Malesherbes: D – V (1748-1759) Manuscrit Français – 22139 – doc. 107 – s./d. – microfilme MF 9387.

*reux*: no “dano que a proliferação excessiva de obras indignas da atenção dos leitores pode causar à honra da literatura francesa”.<sup>49</sup>

Em Portugal, os argumentos apresentados podiam não ser muito diferentes. Não é difícil encontrar pareceres em que os censores recusam a aprovação de um texto ao se deparar com “vocabulos pouco próprios da nossa lingoa, assim como [...] lugares e periodos cuja gramatica fazia hum sentido escuzo”, como ocorreu, por exemplo, quando Francisco Xavier de Oliveira examinou o romance *Victorina de Vaissy ou Zêmia Reconhecida*.<sup>50</sup> Avaliada a partir de preceitos retóricos, a obra foi considerada satisfatória em relação à invenção (“oseu enredo he muito bem tecido”), à disposição (“todos oseus incidentes não só são bem inventados, mas assás verosimeis”; “os caracteres das Personagës, que nella figuraõ, bem convenientes, e exactamente sustentados”) e à elocução (são “as pinturas vivas, enaturaes”). Entretanto, os erros de linguagem impediram sua aprovação, após serem listados com minúcia, em anotações tais como “apag2 diz assim = Eu olhava aminha morte como certa = Em Portuguez se-deve dizer: eu julgava infallivel aminha morte”.<sup>51</sup> Foi o que bastou para que a obra fosse reprovada.

Esse não foi um caso isolado nem excepcional. Situação semelhante ocorreu, em 1797, quando o mesmo censor recebeu a incumbência de avaliar o livro *Obras poéticas de Antonio José Xavier Monteiro*, que o livreiro João Baptista Reycend queria imprimir.<sup>52</sup> Ele não percebeu qualquer problema político, religioso ou moral nos versos, mesmo assim, sugeriu a supressão do livro, dizendo “eu certamente não tenho visto outros [versos] mais detestaveis doque estes; os quaes postoque, segundo me-parece, não offendaõ a Religiaõ ao Serviço de V.Mag<sup>de</sup>. e a boa Moral, comtudo desacreditaõ a Nacional Literatura”.<sup>53</sup> As razões apresentadas convenceram a Mesa e impediram a impressão do livro.

Enquanto avaliadores ligados à Santa Sé enchiam páginas e páginas com citações de frases, expressões e termos que se opunham à doutrina católica, censores franceses e portugueses também enchiam folhas e folhas com indicações de erros de redação, de composição, de sintaxe, de estilo. Enquanto uns julgavam que a circulação de uma obra poderia colocar em risco a Igreja Católica, outros julgavam-se no dever de proteger algo quase tão venerável: a Literatura Nacional.

Curiosamente, até mesmo censores da Sagrada Congregação do Índice podiam considerar que a literatura era um valor a ser preservado. A avaliação de uma nova edição emendada do *Decamerone*, de Boccaccio, realizada por Fr. Lorenzo Jardy Agno, em 1825, resultou em um longo texto de apresentação da obra e de seu valor: “Todos sabem que Boccaccio sempre foi e é ainda agora preconizado como príncipe do idioma toscano e este é o motivo pelo qual nos últimos cinco séculos os filólogos não cessaram jamais de recomendar a leitura e a imitação da elocução e da eloquência do Decamerone, ou seja, de suas cem

<sup>49</sup> “le tort que peut faire à l'honneur de la Litterature française la trop grande multiplication des ouvrages peu dignes de l'attention des Lecteurs.” Jugements des censeurs sous l'administration de Malesherbes : D – V (1748 – 1759). Documento : Manuscrit Français - 22139 – microfilme MF 9387 – doc. 77-78. Remond de Ste. Albine – Le Déguisement amoureux, comédie. Défavorable (29 avril 1751).

<sup>50</sup> ANTT – RMC. Caixa 51. Censor Francisco Xavier de Oliveira em parecer datado de 21 abr. 1804.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, p. X.

<sup>52</sup> ANTT – Desembargo do Paço – Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas – Maço 1932, caixa 1759.

<sup>53</sup> *Idem*. Avaliação do livro *Obras poéticas de Antonio José Xavier Monteiro* em 5 jun. 1797.



novelas”.<sup>54</sup> Se a qualidade do texto era digna de admiração, o mesmo não se poderia dizer do enredo e dos “amores lascivos” ali presentes, o que justificaria sua inclusão no Índice do Conselho de Trento, *donec expurgentur*, ou seja, até que fosse emendado. Demonstrando sua erudição, o censor apresentou as várias edições expurgadas de que tinha notícia, mencionando os responsáveis pelas “correções”, os nomes dos editores e as datas de publicação desde o século XVI, até chegar à nova edição de Pistoia, publicada no mesmo ano de 1825, que lhe competia examinar. Antes de manifestar sua opinião, Fr. Lorenzo declarou o incômodo que sentia diante da necessidade de exprimir seu voto: “aqui estou eu, no entanto, para submeter [meu parecer] ao julgamento mais esclarecido de Vossa Excelência Reverendíssima, com que temor penso nisso”.<sup>55</sup> Ele não se furtou a declarar que considerava a nova edição “muito mais correta”<sup>56</sup>, ainda que “grande parte das novelas, todavia exale um ar de amores lascivos”<sup>57</sup>, incluindo situações de “estupro e adultério”.<sup>58</sup> Mesmo assim, recomendou a concessão de “indulto de leitura”<sup>59</sup>, como havia sido feito com edições anteriores, segundo ele, muito menos corretas: “pois se elas correm livres e isentas de censura, a razão desta indulgência é tão somente a precaução de não privar a literatura de um modelo de tal forma excelente; dado que por igual motivo se perdoou a Ovídio, a Marziale, a Dante, a Ricciardetto, e a outros autores de versos e de prosa latinos e italianos, e especialmente a diversos autores dos séculos XIII e XV, mais licenciosos, certamente, do que Boccaccio expurgado”.<sup>60</sup>

Antes de concluir seu parecer, o censor voltou a destacar que “muitas outras obras não são proibidas precisamente por respeito literário”<sup>61</sup>, “graças a seu mérito filológico”<sup>62</sup>, razão pela qual ele não se atrevia a proibir sua circulação “por respeito a seu mérito literário”.<sup>63</sup> A repetição das palavras “mérito” e “respeito” permite perceber a relevância que ele atribuía ao *Decameron* e pode se dever também ao temor que ele mesmo declarou sentir ao ter que opinar sobre uma obra dessa natureza diante da Congregação.

Assim, não apenas a preocupação com a religião, a política e a moral aproximavam censores instalados em locais tão diversos como Paris, Lisboa ou Roma. O valor literário dos escritos também os irmanava. Seja ao retirar de circulação obras mal compostas, seja ao manter em circulação obras licencio-

<sup>54</sup> “Tutti sanno, che il Boccaccio fu sempre, ed è tuttora preconizzato qual principe della toscana favella, e questo è appunto il motivo, per cui nel giro di cinque or già decorsi secoli il filologi non hanno mai cessato di commendare la lettura e l’imitazione dell’elocuzione e dell’ eloquenza del Decamerone ossia delle di lui cento Novelle.” Boccaccio, Giovanni. *Decamerone* di M. Gio. Boccaccio nuovamente purgato ad uso delle scuole. ff. 53r-54v. ACDF Index Protocolli 108 (1826). Congregatio Generalis 12 jun. 1826. Bando: sem info.

<sup>55</sup> “ed eccomi però a sottoporre al più illuminato giudizio delle EE. VV. R’me quanto timorosamente ne penso.” *Idem*.

<sup>56</sup> “è molto più castigata”. *Idem*.

<sup>57</sup> “che gran parte delle Novelle spirino tuttavia un’aria di lascivetti [sic] amori”. *Idem*.

<sup>58</sup> “stupri e adulterj”. *Idem*.

<sup>59</sup> “l’espedito di conceder l’indulto della lettura”. *Idem*.

<sup>60</sup> “che se vanno esse libere e da censura immuni, il solo riguardo di non privar la letteratura d’un sì eccellente modello è la ragione dell’usata indulgenza; siccome già per ugual motivo si perdonò ad Ovidio, a Marziale, a Dante; a Ricciardetto, ed a parecchj [sic] altri autori di versi e di prose latini e italiani, specialmente a diversi trecentisti e cinquecentisti più licenziosi certamente dell’emendato Boccaccio”. *Idem*.

<sup>61</sup> “di tante altre opere non proibite appunto per letterarj riguardi”. *Idem*.

<sup>62</sup> “in grazia di quel filologico merito”. *Idem*.

<sup>63</sup> “riguardo al merito letterario della cosa”. *Idem*.

sas, a deferência para com a “*repubblica letteraria*”<sup>64</sup>, a “*Nacional Literatura*”<sup>65</sup> ou a “*Litterature française*”<sup>66</sup> parecia-lhes tão importante quanto o respeito às Escrituras Sagradas.

### Ler e interpretar textos

Os pareceres exarados pelos censores muitas vezes permitem perceber o atrito entre sua formação, os regulamentos que deveriam seguir e os textos que tinham que ler, o que é particularmente evidente em algumas de suas avaliações de obras literárias. Ainda que fossem todos letrados com forte lastro cultural, sua diferente formação gerava uma compreensão diversa de qual fosse seu papel como censor e uma aproximação distinta aos textos literários.

Como se viu, havia uma especialização no trabalho dos censores que, na França e em Portugal, examinavam escritos cujos temas faziam parte de seus conhecimentos específicos. Assim, quando se tratava de analisar poesias, peças teatrais e obras ficcionais, nomeavam-se censores com formação em Belas Letras, na maior parte das vezes laicos. No Vaticano, os leitores eram também especializados, mas em ramos muito específicos: a filosofia e religião católica. Habitados ao debate de questões doutrinárias e teológicas, eram capazes de identificar e discutir casos de deísmo, indiferentismo, tolerantismo etc., mas, em geral, não levavam em consideração a possibilidade de um uso figurado de linguagem. Destacar e comentar frases ou trechos era um procedimento comum na leitura de obras de teologia ou de filosofia, mas não um modo usual de ler obras literárias. Sua familiaridade com elas era restrita, já que as diretrizes da Igreja se opunham à leitura como forma de entretenimento e deleite, preconizando que ler era, sobretudo, um meio de aprender a viver segundo os ensinamentos do catolicismo.<sup>67</sup> Portanto, os clérigos censores não deveriam ler romances por gosto ou curiosidade e, muito menos, romances licenciosos, que era o que eles mais recebiam para avaliar, especialmente no século XVIII. Assim, é possível supor que o primeiro contato de muitos deles com o gênero romanesco tenha se dado por meio da leitura de obras como *L'an 2440* (condenado em 1773) ou *Lettres Persanes*, inscritos no Index em 1773 e 1762, respectivamente.

Os censores portugueses e franceses designados para o exame de obras literárias, com sua formação beletrística, eram capazes de identificar e discutir o bom uso de uma hipérbole, um solecismo, uma metonímia etc. Tendo sólida formação letrada, observavam e julgavam o correto emprego de elementos retórico-poéticos e eram capazes de determinar o banimento de uma obra que

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> Francisco Xavier de Oliveira em parecer exarado, em 1797, a propósito de *Parvum Lexicon Latino-Lusitanum*. Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 1932, caixa 1759.

<sup>66</sup> Jugements des censeurs sous l'administration de Malesherbes: D – V (1748 – 1759). Documento : Manuscrit Français – 22139 – microfilme MF 9387 – doc. 77-78. Remond de Ste. Albine – Le Déguisement amoureux, comédie. Défavorable (29 avril 1751).

<sup>67</sup> Cf. TURCHI, A. Omelia [...] recitata nel giorno di Pentecoste l'anno 1791. Sopra la lettura dei libri. *apud*. DELPIANO, Patrizia. Il controllo ecclesiastico della lettura nell'Italia dei Lumi. In: *La censura nel secolo dei Lumi*. Turin: Biblioteca Utet, 2011, p. 93.

atentasse contra princípios estabelecidos desde Aristóteles.<sup>68</sup> Entretanto, tinham dificuldades em aceitar o gênero romanesco, sua linguagem despreziosa e desprovida de ornatos, seus enredos simples centrados em tramas amorosas vividas por gente de baixa extração social. Os romances ainda não haviam sido aceitos entre professores nem tinham lugar nos manuais de retórica e poética. Os censores franceses e portugueses provavelmente não tinham muita familiaridade com os romances já que, segundo alguns de seus comentários, eles apenas os liam pela obrigação de avaliá-los – e com grande aborrecimento.

Percebe-se que a formação cultural dos letrados encarregados da censura em Portugal, na França e no Vaticano não os aparelhava adequadamente para a recepção de romances e de muitas produções poéticas, conduzindo-os a interpretações de base teológica ou retórico-poéticas. Se parece estranho que um censor ligado à Santa Sé enchesse folhas de papel com citações e as classificasse segundo o tipo de desvio da norma, também causa espécie o fato de censores a serviço do Estado arrolarem erros de sintaxe, de seleção vocabular, distúrbios na verossimilhança ou na caracterização de uma personagem. Na França e em Portugal, lamentavam-se pelo fato de a regulamentação não os autorizar a banir obras por falta de qualidade, o que, mesmo assim, faziam com regularidade. Embora a avaliação literária não fizesse parte de suas atribuições legais, muitos censores a tomavam como o elemento central de suas considerações, buscando identificar e censurar “tudo que poder offender, e desacreditar à Nacional Literatura”.<sup>69</sup> De certo modo, os censores da Congregação do Índice eram os que faziam o que lhes foi pedido de maneira mais estrita, mas, até mesmo eles, escapavam às determinações ao permitir a circulação de obras devido às suas qualidades literárias, ainda que contivessem cenas ou enredos tidos por problemáticos.

Os propósitos de sua atuação também podem ter tido um peso sobre suas reações de leitura. Como observa Silvia Disegni, “a censura dos Estados (francês em particular), [é] mais atenta à ordem pública (moral, política ou mesmo religiosa e de costumes), e a da Igreja, do Index em particular, mais atenta a uma ordem que poderia ser qualificada como 'simbólica', relacionada à identidade de uma comunidade”.<sup>70</sup> Os interlocutores a que os censores se dirigiam também são distintos. Enquanto franceses e portugueses discutiam seus pareceres com um conjunto diverso de letrados (laicos e religiosos) com forte orientação política, aqueles que estavam ligados à Santa Sé pertenciam à alta hierarquia da Igreja e sabiam que se esperava deles uma discussão doutrinária, dirigida a bispos, cardeais ou núncios apostólicos. Isso talvez ajude a entender sua obsessão em realizar debates teológicos sobre qualquer pequeno fragmento de texto.

<sup>68</sup> Ver ABREU, Márcia. Nos primórdios da crítica: julgamentos literários produzidos pela censura luso-brasileira. In: FIGUEIREDO, Carmen Lúcia N. de, HOLANDA, Sílvio Augusto de O. e AUGUSTI, Valéria (orgs.). *Crítica e literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011.

<sup>69</sup> Francisco Xavier de Oliveira em parecer exarado, em 1797, a propósito de *Parvum Lexicon Latino-Lusitanum*. Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 1932, caixa 1759.

<sup>70</sup> “la censure des États (Français en particulier), [est] plus attentive à l'ordre public (moral, politique voire religieux et des moeurs), et celle de l'Église, de l'Index en particulier, plus attentive à un ordre que l'on pourrait qualifier de 'symbolique', relevant de l'identité d'une communauté.” DISEGNI, Silvia, *op. cit.*, p. 440.

Também diversa era sua aproximação às obras. Na França e em Portugal, os censores recebiam todo tipo de escrito para examinar, mas à Sagrada Congregação do Índice chegavam apenas livros sobre os quais já pesava suspeita, tendo em vista a necessidade de ter havido denúncia feita por um fiel ou por uma autoridade eclesiástica e de ela ter sido acatada pelo Secretário do Índice. Realizando uma censura prévia à publicação, portugueses e franceses tinham a possibilidade de intervir nos textos e de acompanhar as alterações realizadas até a liberação para impressão, tomando os autores ou seus editores como interlocutores.<sup>71</sup> Já os censores do Vaticano dialogavam apenas com seus pares e seus superiores no interior da hierarquia da Igreja.<sup>72</sup> Eles tinham poder de interditar a leitura de determinado livro aos católicos ou de solicitar que a obra fosse emendada, mas não tinham poder para impedir sua publicação ou obrigar editores e autores a fazer alterações no texto. Assim, em Portugal e na França, uma obra proibida antes da impressão deixava de existir no mundo social ou teria circulação muito restrita, seja em manuscritos, seja de forma clandestina. Já um livro proibido pelo Index não poderia ser lido ou possuído, impresso ou vendido por católicos, sob pena de excomunhão<sup>73</sup>, mas continuava em circulação (especialmente nos países onde a censura havia sido abolida, como no Brasil) e ganhava até mesmo notoriedade internacional, tendo em vista a distribuição dos decretos (Bandos) aos núncios, aos bispos e aos governantes católicos para divulgação.<sup>74</sup>

Assim, a formação prévia do leitor, seus gostos, seus preconceitos, bem como os propósitos e as circunstâncias em que o contato com o texto se dava afetam o estabelecimento do sentido e as reações de leitura. Como tem demonstrado Roger Chartier em vários de seus trabalhos<sup>75</sup>, o sentido não está inscrito de forma estável no texto. Ele surge do embate do leitor com o texto, embate que se modifica segundo as circunstâncias e finalidades da leitura.

## Remate

O material examinado permite esboçar ao menos três conclusões.

Em primeiro lugar, observa-se que os organismos de censura não eram apenas locais de proibições e extermínio da produção letrada. Os atos de repressão após a publicação, que podiam chegar até a queima de livros em alguns momentos, bem como a perseguição a escritores, editores e livreiros prenderam a atenção de muitos historiadores que, com poucas exceções, não se interessaram em observar o funcionamento interno dos organismos de cen-

<sup>71</sup> Ver ABREU, Márcia. Censure et critique: les réactions des premiers lecteurs de romans. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 69-70. Paris, Sciences de l'Homme, 2008.

<sup>72</sup> Cf. DELPIANO, Patrizia, *op. cit.*, p. 121.

<sup>73</sup> Cf. WOLF, Hubert, *op. cit.*, p. 152.

<sup>74</sup> Sobre a divulgação internacional promovida pelas interdições, ver PROSPERI, Adriano. La Chiesa e la circolazione della cultura nell'Italia della controriforma: effetti imprevisti della censura. In: ROZZO, Ugo (org.). *La censura libraria nell'Europa del secolo XVI*. Udine: Forum, 1997.

<sup>75</sup> Ver CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990; *idem*, *Cultura escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001, e *idem*, *A ordem dos livros e comunidade de leitores*. In: *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1994. Ver, também, GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

sura nem em analisar as opiniões expressas pelos censores – especialmente as favoráveis às obras. Ao contrário do que alguns estudos sugerem, as instituições censórias, eram também espaços de reflexão e debate sobre questões políticas e religiosas, sobre arte e literatura.<sup>76</sup>

Em segundo, é possível observar que, embora os censores fossem todos católicos e tivessem uma sólida formação erudita, sua inserção social, o fato de serem ou não clérigos, e trabalharem a serviço do Estado ou da Igreja, conduzia-os a distintas relações com os textos que liam. Uns reagem a eles como se fizessem parte de um debate filosófico ou teológico; outros como se estivessem em uma sala de aula ou em trabalho de revisão de texto.

Finalmente, percebe-se que, em fins do século XVIII e no início do XIX, havia um sentimento de valorização da literatura e, mais particularmente, da literatura nacional. Este termo não designava apenas obras poéticas e em prosa de ficção, recobrando os escritos em geral. No caso específico dos poemas, as composições em determinada língua eram já elemento relevante da identidade coletiva e parecia necessário preservá-las, mesmo quando incorriam em equívocos de natureza religiosa, política ou moral.

Parece-me evidente que a imagem cristalizada dos organismos de censura não corresponde inteiramente ao que se passava nos tribunais censórios franceses e portugueses nos séculos XVIII e XIX, nem tampouco junto à Santa Sé.

*Artigo recebido em 19 de julho de 2021. Aprovado em 5 de agosto de 2021.*

---

<sup>76</sup> Patrizia Delpiano chegou à conclusão semelhante ao estudar a censura católica no século XVIII, “Occorre subito precisare che non si può condividere la tesi di chi, insistendo su un’ipotizzata generale ignoranza dei censori, finisce per non cogliere il loro ruolo chiave nella cultura del tempo.” DELPIANO, Patrizia. *Il governo della lettura: chiesa e libri nell’Italia del settecento*. Bologna: Il Mulino, 2007, p. 130.